



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

26 de Junho 2014



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 26/06/2014

Assunto: Sobrecarga

Página: 31

DIÁRIO CATARINENSE

Professores estão sobrecarregados

Pesquisa aponta menos contratos de trabalho em tempo integral no país

Brasília

O professor brasileiro larga em desvantagem na comparação com educadores de outros países se o assunto for relação de trabalho. Apenas 40,3% do magistério tem contrato de tempo integral com as escolas, enquanto a média mundial chega a 82,5% – mais do que o dobro.

A situação é mostrada na Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis), divulgada ontem pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que examinou 34 países no ano passado. O levantamento traça o perfil do magistério brasileiro, dominado por mulheres (71,1%), com média de 39,2 anos e 13,6 anos de experiência.

O baixo número de contratos de tempo integral preocupa especialistas, por forçar o professor a buscar outras

fontes de renda e interferir no regime de dedicação exclusiva. A gerente de projetos do movimento Todos Pela Educação (TPE), Andrea Bergamaschi, diz que a pesquisa confirma as dificuldades da carreira. Se o educador procurar o segundo emprego, precisará se desdobrar nos horários.

– Compromete o tempo que deveria dispor para planejar as aulas, corrigir temas, analisar as especificidades de

30,8

estudantes em classe é a média atendida por professor brasileiro

24,1

alunos por sala de aula é a média mundial, de acordo com a pesquisa

cada aluno, cuidar de atividades fundamentais – observa Andrea.

A gerente do TPE lembra que o professor ganha 50% menos que outros profissionais brasileiros com a mesma formação. Destaca que o piso salarial é reduzido para um ofício indispensável ao desenvolvimento do país. Sugere que se adote o modelo da Finlândia, onde o magistério é tão atraente e valorizado como a Medicina.

– Essas situações têm impacto direto no aprendizado do aluno – avisa.

A pesquisa também revelou que a média de alunos atendidos por classe no Brasil é superior à média mundial.

Pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo, Regina Sílvia Pacheco alerta que o número inadequado de alunos pode atrapalhar o ensino nas séries iniciais. Ela destaca que uma das soluções para o país seria a implantação massiva de escolas de tempo integral, melhorando também o contrato de educadores.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 26/06/2014
Assunto: Ciência sem fronteiras		Página: Online



Ciência sem Fronteiras terá mais 100 mil bolsas

Em nova etapa, o Programa Ciência sem Fronteiras deve oferecer mais 100 mil bolsas em instituições de ensino estrangeiras, de 2015 a 2018, de acordo com anúncio, ontem (25), da presidente Dilma Rousseff. Lançado em 2011, o programa tinha por meta a concessão de 101 mil bolsas - 75 mil bancadas pelo setor público e 26 mil por empresas privadas. Até o momento, foram efetivadas 83.184 bolsas. De acordo com Dilma, a meta será cumprida com as chamadas que serão lançadas em setembro deste ano. Hoje, foram assinadas 5,2 mil bolsas por empresas, das quais 5 mil pela Petrobras.

"Cada vez mais esse programa vai ter uma interface com todos os demais programas de formação educacional e produção científica e tecnológica do Brasil. Foi feito para garantir ao Brasil condições de gerar, aqui, inovação", disse.

Ela destacou a importância do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no contexto do programa, uma vez que para participar do Ciência sem Fronteiras é preciso tirar no mínimo 600 pontos no exame. "Essa é uma das portas dos caminhos abertos pelo Enem", ressaltou. Para participar, é preciso também proficiência em uma segunda língua.

O ministro da Educação, Henrique Paim, apresentou um balanço do programa, e disse que do total de bolsas ofertadas, 52% são nos diferentes ramos de engenharia. "É um avanço para o país, que muitas vezes não consegue avançar nessas áreas". O programa é desenvolvido pelo Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O MEC distribui 65% das bolsas, via seleções da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Paim também destacou a contribuição dos pesquisadores estrangeiros ao Brasil. "A vinda dos estudantes do exterior nos mostrou que temos que avaliar e refletir em torno do nosso ensino superior. Eles dão ênfase à parte prática, e este é um esforço que estamos fazendo".

O objetivo do programa é promover a mobilidade internacional de estudantes e pesquisadores, e incentivar a visita de jovens pesquisadores altamente qualificados e professores seniores ao Brasil. O Ciência sem Fronteiras oferece bolsas, prioritariamente, nas áreas de ciências exatas, matemática, química e biologia, engenharias, áreas tecnológicas e da saúde.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 26/06/2014
Assunto: PNE		Página: Online



Sem sanção de Dilma, plano da educação pode voltar ao Congresso

Presidente tem até 23h59 de quarta (25) para assinar lei que destina 10% do PIB para educação

O prazo limite para a presidente Dilma Rousseff sancionar o PNE (Plano Nacional de Educação) termina às 23h59 da quarta-feira (25).

Procurada, a assessoria de imprensa da Presidência da República não confirmou a assinatura do projeto na data limite.

Brasil precisa investir mais R\$ 54 bi por ano para atingir meta de qualidade

O PNE tramitou no Congresso por quase 4 anos, entre 2011 e 2014, até ser aprovado no último dia 3.

A principal conquista da lei foi a destinação de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil para a educação.

Além disso, o PNE estabelece 20 metas que serão os principais eixos para a administração da educação nacional nos próximos dez anos.

A presidente teve 15 dias úteis para aprovar a lei. Como Dilma não efetivou a sanção, a Constituição Federal indica que o texto deve voltar ao Congresso para ser promulgado automaticamente.

Investimento público em instituições privadas de ensino gera polêmica em plano de educação

A assessoria de imprensa do deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), relator do PNE na Câmara, informa que a promulgação do Congresso poderá ocorrer porque ao não assinar a lei, a presidente sinalizou que não deve fazer vetos aos artigos e metas do texto.

Ontem (25), a presidente participou do lançamento da segunda etapa do Programa Ciência sem Fronteiras juntamente com o Ministro da Educação, José Henrique Paim.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 26/06/2014
Assunto: Tecnologia		Página: Online



Governo lança programa de incentivo à pesquisa em ciência, tecnologia e inovação

Iniciativa pretende estimular a pesquisa na área de ciência, tecnologia e inovação

O governo federal lançou hoje (25) o Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento, com o objetivo de estimular a pesquisa na área de ciência, tecnologia e inovação. Pelo prazo de dez anos, o programa vai incentivar a pesquisa em 20 áreas do conhecimento, como agricultura, saúde, energia e defesa. Cada plataforma, segundo o programa, vai reunir lideranças científicas para organizar recursos e desenvolver produtos com o apoio de empresas para lançá-los ao mercado. Para isso, o governo pretende lançar editais de fomento e financiamento, a fim de que pesquisadores e empresas se candidatem e desenvolvam seus projetos.

A iniciativa foi lançada em reunião do Conselho de Ciência e Tecnologia, no Palácio do Planalto, com a participação da presidenta Dilma Rousseff, que assinou um decreto instituindo o programa. De acordo com as diretrizes, por meio de regime especial, serão contratadas pessoas e compras para o desenvolvimento do projeto. Também participaram da reunião integrantes do grupo Mobilização Empresarial pela Inovação. Um Comitê Gestor será integrado por representantes de seis ministérios a fim de acompanhar o programa. Cronologicamente, as plataformas passarão pelas etapas de seleção da capacidade científica, inscrição e seleção dos pré-projetos por meio dos editais, julgamento e contratação das empresas e instituições de pesquisa e avaliação dos resultados e da continuidade do financiamento.

No lançamento, Dilma defendeu que as parcerias do programa envolvam a participação de empreendedores, ponham em prática as novas tecnologias e tenham relevância econômica. — Eu confio que as plataformas terão critérios muito claros para serem escolhidas, todas precisam combinar participação de grupos de excelência em pesquisa de uma ou mais plataformas ou consórcio. — o ressaltar a importância da educação na vida das pessoas, favorecendo o acesso à renda e à ascensão social, a presidenta Dilma disse que é necessário que o Brasil tenha não somente portas de saída dos estudantes. Segundo ela, o país precisa ser “formado por técnicos, pessoas qualificadas profissionalmente”, para que elas não venham a ter perda de renda futuramente.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 26/06/2014
Assunto: Carga de trabalho		Página: Online

EXIBIR NA INTERNET: * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Apenas 40% dos professores têm dedicação exclusiva, diz pesquisa

Somente 40% dos professores do Ensino Fundamental do Brasil têm dedicação exclusiva. A proporção brasileira de professores que trabalham em apenas uma escola é inferior à média de 82% encontrada pelo Talis (Pesquisa Internacional de Ensino e Aprendizado, sigla em inglês).

O dado foi divulgado nesta quarta-feira (25), em Paris, pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). O estudo foi feito com mais de cem mil professores e diretores de escolas em 34 países pelo mundo.

Os participantes responderam questões sobre liderança escolar, ambiente de trabalho, satisfação no trabalho e eficiência, práticas pedagógicas e expectativas, avaliação e feedback, aprendizado e desenvolvimento de oportunidades.

A carga horária dos professores no Brasil é, em média, de 25 horas por semana –seis a mais do que a média do Talis. Os brasileiros gastam ainda de 10% a 22% mais tempo em outras atividades, como correção de tarefas e aconselhamento de alunos.

FORMAÇÃO

No Brasil, 94% dos professores têm formação universitária ou nível superior similar, mas apenas 76% fizeram cursos de licenciatura. Índice abaixo da média mundial, que é de 90%.

Os professores que lecionam no Ensino Fundamental têm, em média, 14 anos de experiência.

De acordo com o levantamento, aqueles educadores que fizeram licenciatura afirmaram se sentir mais bem preparados para dar aulas do que aqueles que não fizeram a especialização.

Ao menos 80% dos professores relatam ter melhorado a prática letiva após receber retorno de superiores sobre a qualidade do ensino.

As mulheres ainda são a grande maioria (71%) dos professores do Ensino Fundamental no Brasil. A média de idade dos educadores é de 39 anos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia - Joinville	Editoria: Cultura	Data: 22/06/2014
Assunto: Aulas para professores de escolas catarinenses		Página: 10

Notícias do Dia

Aulas para professores de escolas catarinenses

FLORIANÓPOLIS - Estão abertas até 27 de junho as inscrições para o processo seletivo do curso de especialização em Educação na Cultura Digital, uma parceria entre o Ministério da Educação, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e a UFSC, que oferece 800 vagas para o curso na modalidade a distância. Estão

aptos para a seleção professores e gestores das redes públicas de ensino estadual e municipal de Santa Catarina e do Colégio de Aplicação da UFSC. A inscrição deve ser feita na página <http://www.educacaonaculturadigital.ufsc.br/cadastro.html>.

O curso será oferecido pelo Departamento de Metodologia de Ensino do Centro de Ciências da Educação.



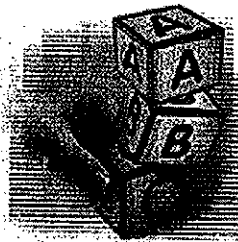
Educação: receita para não recuar

Em um ensaio recente, mostrei que as fórmulas para melhorar a escola são conhecidas e convergentes. Mas eis que retruca Maria Helena G. Castro: "Como fazer para não desmoroñar tudo na gestão seguinte?". De fato, esse tem sido um dos grandes desapontamentos, pois, se há casos de continuidade, também os há de marcha a ré.

Minas teve uma notável continuidade na política que contagiou o ensino. Era o décimo melhor estado no início dos anos 90. Ao fim de duas gestões, tornara-se o primeiro. Tropeçou na seguinte. Mas, daí para a frente, recuperou a continuidade e o avanço.

O Ceará lidera o Nordeste, fruto de uma incontinuum continuidade nas equipes e nas políticas adotadas. Já em São Paulo, a política sobe e desce, e o mesmo ocorreu na sua educação. O peso da tradição permitiu que recuasse pouco, mesmo nos piores períodos, mas a dinheirama paulista não levou à liderança incontestada que poderíamos esperar.

“Uma educação à prova de retrocessos requer uma sociedade que não os aceite”



Saindo do nada, as escolas de Tocantins tiveram um avanço espetacular — em certos níveis, chegaram a ultrapassar o Rio de Janeiro. Mas, nos meandros da política, tropeçou a continuidade.

No Rio de Janeiro, deu-se o oposto. Governos ineptos e sucessivos minaram sua educação. Mas, em anos recentes, mostra o seu potencial. Terá continuidade a nova trajetória?

Pelas suas raízes culturais, o Rio Grande do Sul sobressaiu por muito tempo. Mas, nas últimas gestões, perdeu fôlego.

São apenas exemplos. Há também os cinco mil e tantos municípios. O que nos ensina a observação desse sobe e desce?

- 1 Os ganhos não são irreversíveis. Um sopro, de qualquer direção, faz desmoroñar a obra.
- 2 Contudo, quando dá para trás, o recuo tende a não ser total, alguma coisa sobra.
- 3 Há uma alta correlação entre a qualidade dos governantes e a robustez da educação.

CLAUDIO DE MOURA CASTRO é economista

Sem dúvida, a descontinuidade é fatal para o ensino, quando um faz e políticos e sindicatos desfazem. Sofre a educação quando predominam sobre o interesse coletivo as nomeações de conveniência. Quando, por razões políticas, a fórmula do anterior precisa ser considerada ruim, desmancha-se o que estava sendo construído. Aliás, não basta ser do mesmo partido, pois os compromissos de campanha do novo incumbente podem sacrificar a continuidade e a motivação das equipes.

Por que tamanha vulnerabilidade?

A explicação é simples: uma educação de qualidade não é uma prioridade amplamente compartilhada pela sociedade brasileira. Os grandes avanços resultam do voluntarismo, da liderança e da obstinação de alguns governadores, prefeitos ou secretários. Na loteria política, a sorte leva para as cadeiras certas algumas pessoas iluminadas.

Nesse clima, acontecem os acertos infrequentes. Mas, quando se vão, a obra é frágil e vulnerável. Parece haver uma atitude morna, um apreço frágil por uma meta tão árdua. E ocorrem os acidentes de percurso: "Pensei que fulano era bom...". Pensou, mas não verificou. Como essas, há muitas outras ameaças, de origens variadas. Não há uma causa única para o retrocesso. A grande constante é a fragilidade das defesas de uma educação de qualidade.

Tem conserto essa fragilidade? Sejamos otimistas! Afinal, os avanços das décadas recentes foram impressionantes, mesmo diante de países bem-sucedidos nesses assuntos.

Consideremos, no Brasil não faltam mais água nem comida. O governo tremelicou quando uma seca reduziu a oferta de eletricidade. Igualmente, as escolas têm vagas. Mas e a qualidade? Tudo depende das prioridades do povo. Nas sociedades em que a educação é para valer, não se aceitam versões pálidas e os governantes são castigados quando cai a qualidade — isso aconteceu na Alemanha diante de resultados no Pisa considerados vexaminosos. Mas permanecerá a vulnerabilidade nas sociedades em que um fracasso das escolas não atemoriza as "autoridades".

Por isso, uma educação à prova de retrocessos requer uma sociedade que não os aceite. Infelizmente, como demonstrado por pesquisa da VEJA, 70% dos pais estão satisfeitos com a escola dos filhos. Portanto, não brigam por uma qualidade que acreditam já existir. Blindar a excelência da educação requer convencer esses pais de que nosso ensino é péssimo e está bloqueando o progresso. Basta isso.